

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109.896 - MG (2019/0079063-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : DAVIDSON JUNIO CARMELINO DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por DAVIDSON JUNIO CARMELINO DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 126):

HABEAS CORPUS – ROUBO MAJORADO – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA – DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES – ART. 282, § 4º, DO CPP – ORDEM DENEGADA. Considerando que o paciente descumpriu as medidas cautelares que lhe foram anteriormente impostas, e tendo o juiz primevo analisado com cautela os requisitos da necessidade e conveniência da segregação, é imperativa a custódia cautelar para a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.

Consta dos autos que o recorrente teve a prisão preventiva decretada pela prática do crime de roubo majorado, tipificado no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

O recorrente argumenta que sofre constrangimento ilegal, porque teve a prisão preventiva decretada sem ter sido intimado para que pudesse justificar o descumprimento das medidas cautelares impostas, argumentando que, se existia endereço indicado nos autos deveriam ser esgotados todos os meios de encontrá-lo, sob pena de nulidade do processo. Aponta a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva e falta de fundamentação do decreto prisional. Por isso, requer o provimento do recurso em *habeas corpus*, para a nulidade do processo e revogação da custódia.

Indeferida a liminar e, prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso.

Na origem, processo n. 0535122-78.2018.8.13.0024, houve a suspensão do feito e do prazo prescricional em relação ao recorrente, em 7/12/2018 e, conforme informações de fls. 167/168, até 15/4/2019 não teria sido cumprido o mandado de prisão expedido em seu desfavor do recorrente.

É o relatório.

DECIDO.

O recorrente argumenta que sofre constrangimento ilegal, porque teve a

prisão preventiva decretada sem ter sido intimado para que pudesse justificar o descumprimento das medidas cautelares impostas, argumentando que, se existia endereço indicado nos autos deveriam ser esgotados todos os meios de encontrá-lo, sob pena de nulidade do processo. Aponta a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva e falta de fundamentação do decreto prisional. Por isso, requer o provimento do recurso em *habeas corpus*, para a nulidade do processo e revogação da custódia.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 102/104):

Vistos etc.

LEONARDO MARCELINO GONÇALVES DOS SANTOS, qualificado nos autos, através da Defensoria Pública, ofereceu resposta à acusação à f. 123.

O Ministério Público de Minas Gerais, por seu órgão de execução, requereu a prisão preventiva de DAVIDSON JUNIO CARMELINO DOS SANTOS, qualificado nos autos, aduzindo, em síntese, as medidas cautelares diversas da prisão não foram suficientes para a garantia da ordem pública, tendo em vista que o mesmo descumpriu todas as medidas impostas. Além disto, encontra-se em local incerto e não sabido.

É o relato. Decido.

Depreendem-se dos autos que DAVIDSON JÚNIO CARMELINO DOS SANTOS e LEONARDO MARCELINO GONÇALVES DOS SANTOS foram presos em flagrante, no dia 15/03/2018, autuados pela prática do crime previsto no art. 157, §2º, I e II do Código Penal.

Na audiência de custódia, o juízo converteu a prisão em flagrante do acusado Leonardo em prisão preventiva. Para o acusado Davidson, o juízo aplicou medidas cautelares diversas da prisão, consistentes no comparecimento mensal perante a equipe multidisciplinar da CEFLAG; comparecimento a todos os atos do processo, devendo manter o endereço atualizado; recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga e monitoração eletrônica, pelo prazo de 06 (seis) meses.

No entanto, A UGME comunicou (f. 108/109 e f. 111/119) que o requerido violou, reiteradamente, a área de inclusão da monitoração eletrônica, além da permissão da descarga total da bateria e, conseqüentemente, perda da comunicação. A unidade gestora não conseguiu entrar em contato com o número fornecido por ele.

Observa-se, ainda, que deixou de comparecer aos acompanhamentos perante a Equipe Multidisciplinar, causando o arquivamento do seu prontuário psicossocial (f. 124).

A prisão preventiva, como consectário do descumprimento de medidas cautelares, é possível quando estritamente necessária, observado o disposto

no art. 282, § 4º, do CPP: "No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva." **No caso, o requerido demonstrou que não possui o mínimo de senso de responsabilidade para responder ao processo em liberdade, porquanto a medida mais gravosa lhe foi aplicada e mostrou-se insuficiente.**

Tamanha desídia com as ordens judiciais deve gerar as consequências que lhe são próprias, sob pena de descrédito das próprias medidas, porquanto as mesmas perdem sua finalidade processual.

E não é só.

Nenhuma diligência realizada pela secretaria para citá-lo e/ou intimá-lo para justificar o descumprimento foi eficaz, pois, verifica-se que os oficiais de justiça não o encontraram no endereço fornecido na audiência de custódia, conforme se observa f. 103 e f. 121.

Com isto descumpriu, ainda, a medida comparecimento a todos os atos do processo e de manter o endereço atualizado, restando frustrada sua citação, comprometendo, assim, a instrução penal.

Desta forma, diante da prova da materialidade, indícios suficientes de autoria, consubstanciados no auto de apreensão (f. 18), boletim de ocorrência (f. 19/22), bem como declarações da vítima e testemunhas ouvidas, e presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva, eventuais virtudes do requerido se sucumbem ao interesse público em mantê-lo afastado do meio comunitário, porquanto imprescindível um mínimo de paz social.

Pelo exposto, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA de DAVIDSON JUNIO CARMELINO DOS SANTOS, qualificado nos autos, nos termos do art. 282.

§ 4º, c/c art. 312, parágrafo único, ambos do CPP.

[...]

Como se vê, o decreto prisional tem fundamento válido, evidenciado no descumprimento das medidas cautelares impostas para concessão de liberdade provisória.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que o descumprimento de medida cautelar imposta para a concessão da liberdade provisória justifica a custódia cautelar. Nesse sentido: RHC n. 49.126/MG - 6ª T. - unânime - Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura - DJe 26/09/2014; HC n. 281.472/MG - 5ª T. - unânime - Rel. Min. Jorge Mussi - DJe 18/06/2014; HC n. 269.431/GO - 6ª T. - unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe 11/04/2014; HC n. 275.590/BA - 5ª T. - unânime - Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 26/02/2014.

Ademais, mostra-se incabível o exame da questão referente à não

ocorrência do descumprimento das medidas cautelares, porquanto demanda revolvimento de prova.

Por fim, quanto à matéria referente ao exaurimento de todas as tentativas de intimação do réu, o Tribunal *a quo* assim consignou (fls. 129/130):

[...]

Ante a informação dando conta que o paciente não estaria cumprido regularmente as medidas, a douta magistrada **determinou sua intimação, no endereço fornecido durante audiência de custódia, para justificar-se quanto aos reiterados descumprimentos, contudo, restou infrutífera referida intimação.**

Posteriormente, sobrevindo aos autos a notícia de **que o paciente teria apresentado outro endereço à UGME, novamente foi determinada sua intimação.**

Nos termos da certidão de fls. Fls. 33/35, verifica-se que o oficial de justiça tentou intimar Davidson em dias e horários distintos (31/05/2018, 02/06/2018 e 06/06/2018), porém não foi atendido por ninguém, bem como os vizinhos informaram não conhecer o paciente.

[...].

Como se vê, a Corte de origem entendeu que não houve ilegalidade por falta de intimação do recorrente, pois foram feitas intimações tanto no endereço inicialmente fornecido na audiência de custódia, como no novo endereço do recorrente, restando infrutíferas todas as tentativas.

Com efeito, verifica-se dos documentos de fls. 35 e 45 que o recorrente foi intimado por três vezes no endereço indicado, de modo que não há que se falar em nulidade por ausência de intimação.

Além disso, conforme a jurisprudência desta Corte "*Nos termos do § 4º do art. 282 do Código de Processo Penal não há necessidade de intimação do paciente para a conversão da medida cautelar em prisão preventiva, em caso de descumprimento injustificado daquela*" (HC 255.621/AM, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 18/3/2013). A propósito:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. ART. 312, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. APLICAÇÃO DE NOVAS MEDIDAS CAUTELARES. INSUFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. Considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos

pressupostos e requisitos previstos no 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

2. In casu, verifica-se que a prisão preventiva tem fundamento legal, diante do incontroverso descumprimento de medida cautelar alternativa anteriormente imposta, uma vez que teria violado o sistema de monitoração eletrônica, não tendo sido encontrado, no endereço declinado nos autos, para intimação à audiência de justificação. Com efeito, o art. 312, parágrafo único, do CPP é expresso a autorizar a prisão preventiva "em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4º)". A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça orienta no sentido de que a incidência da presente hipótese demonstra, por si só, a adequação da prisão preventiva para conveniência da instrução criminal. Precedentes.

3. A aplicação de novas medidas cautelares diversas da prisão mostra-se insuficiente quando descumpridas as obrigações anteriormente assumidas pelo réu.

Recurso em habeas corpus desprovido.

(RHC 88.209/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 15/06/2018)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 05 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator